

**Acta da reunião ordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande, realizada no dia catorze  
de Julho de dois mil e onze.**

**Acta da reunião ordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande, realizada no dia catorze  
de Julho de dois mil e onze.**

Aos catorze dias do mês de Julho de dois mil e onze, no Auditório do Museu do Vidro, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 14:50 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sra. Vereadora Dra. Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho saiu da reunião por motivos pessoais, pelas 18.45h, depois do atendimento ao público e antes da votação do ponto nº 4 dos assuntos fora de agenda, não tendo regressado.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**ORDEM DO DIA**

- 1. REQ. N.º 1345/11 – PC N.º 131/09 – JOÃO CARVALHO FRIAS**
- 2. REQ. N.º 1352/11 – PC N.º 98/06 – GONÇALO JOSÉ RIBEIRO SILVA GOMES**
- 3. REQ. N.º 1362/11 – PC N.º 74/03 – ARMINDO GASPAR PEREIRA**
- 4. REQ. N.º 1391/11 – PC N.º 213/08 – LISA SOFIA OLIVEIRA AMADO**

5. REQ. N.º 1218/11 – PC N.º 492/04 – PREDIO MARINHA – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.
6. REQUERIMENTO DE MANUEL ALVES MENESES - PEDIDO DE PARECER SOBRE AUMENTO DO NÚMERO DE COMPARTES – DOAÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO AOS SEUS FILHOS - REGIME DAS AUGI – CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE.
7. REQUERIMENTO DE VÍTOR MANUEL DUARTE BONIFÁCIO RIBEIRO – PARTILHA DE PRÉDIO RÚSTICO – PEDIDO DE PARECER FAVORÁVEL À CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE - REGIME DAS AUGI.
8. PROCESSO DE AQUISIÇÃO N.º 36/2011 – AP/DGF – AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2011 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO
9. RECEPÇÃO DEFINITIVA
10. URBANISMO COMERCIAL 3ª FASE – CONCURSO PÚBLICO N.º 4/2005 – REVISÃO DE PREÇOS
11. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 30/06/2011 RELATIVA À CARTA DE OCUPAÇÃO DE SOLO DE 2007 DO INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS - AQUISIÇÃO DA INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E PAGAMENTO DA RESPECTIVA COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LEIRIA. – CARTA DE OCUPAÇÃO DE SOLO DE 2007
12. CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO DE 2007 DO INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS – AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E PAGAMENTO DA RESPECTIVA COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LEIRIA
13. ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE – ADESER II, IPSS - : PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA A CONTINUIDADE DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS, NO ÂMBITO DOS PROJECTOS OTL: “ O NOSSO MUNDO” E “GABINETE MÃO ABERTA”.
14. ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE – ADESER II, IPSS - : PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES DIVERSAS JUNTO DE CRIANÇAS E JOVENS CARENCIADOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.
15. PEDIDO DE SUBSÍDIO ANUAL EFECTUADO PELA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR PARA SUPORTE DAS DESPESAS, COM O FUNCIONAMENTO DO CENTRO SÓCIO SANITÁRIO “PORTA AZUL”.
16. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À DELEGAÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES PARA O

**DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ACTIVIDADES PREVISTO PARA O CORRENTE ANO.**

- 17. APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE PATROCÍNIO DESPORTIVO - CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE - RALLYE VIDREIRO**
- 18. ACTUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR DURANTE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DO CORRENTE ANO.**
- 19. FRACÇÕES HABITACIONAIS ANTERIORMENTE PROPRIEDADE DO IGAPHE – REGIME DE PROPRIEDADE RESOLÚVEL – AVERBAMENTOS TITULADOS**
- 20. FONOTECA DA MOITA – PROTOCOLO COM O CLUBE DESPORTIVO MOITENSE**
- 21. IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NAS ESCOLAS DO 1. CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – APROVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECER COM OS 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO, PARA O ANO LECTIVO DE 2011/2012**
- 22. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES**
- 23. COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – ANO LECTIVO 2011/2012 – APLICAÇÃO DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO E RESPECTIVA TABELA DE PARTICIPAÇÃO FAMILIAR**
- 24. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CELEBRAÇÃO DE DIVERSOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, PSICOMOTRICIDADE E BIBLIOTECAS ESCOLARES, PARA O ANO LECTIVO DE 2011/2012.**
- 25. RESUMO DE TESOUREARIA**
- 26. ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- O Sr. Presidente solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de um processo de obras particulares, o que foi por todos aceite, pelo que o mesmo será apreciado e votado logo após os processos de obras incluídos na ordem do dia.

O Sr. Presidente solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais cinco assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

- **O Sr. Presidente** prestou as seguintes informações:

- ⇒ A RTP vai transmitir em directo no dia 15.07.2011 o programa "Verão Total" a partir da Praia da Vieira.
- ⇒ No Congresso da ANMP, no passado sábado dia 09.07.2011 em Coimbra, falou-se de mais cortes nas verbas a transferir para as autarquias. Os cortes na capacidade de endividamento vão manter-se. Vão diminuir os efectivos da administração local em 2% por cada ano até 2013. Vão reduzir substancialmente o número de juntas de freguesias no país, sendo provável que as Câmaras Municipais se irão todas manter.
- ⇒ O Ministério da Justiça apresentou uma proposta de renda mensal de 3800€ para ocupar cerca de 600m2 das instalações do mercado no edifício Atrium, ficando as adaptações das obras à sua responsabilidade.
- ⇒ A União Desportiva de Leiria (U.D.L) solicitou uma reunião para apresentar uma proposta no sentido de utilizar o Estádio Municipal da Marinha Grande durante os próximos 3 anos. A CMMG está a estudar essa possibilidade e as respectivas contrapartidas.
- ⇒ Foi inaugurada a subestação de distribuição de energia da EDP no Casal de Lebre que traduziu um investimento de 9 milhões de euros. Foi também assinada a venda do antigo edifício da EDP à empresa municipal TUMG. A EDP pretende envolver o Município da Marinha Grande no projecto com os contadores da nova geração. A Câmara vai remeter esta proposta aos serviços para ser analisada.

**O Sr. Vereador Dr. António Santos** abordou os seguintes assuntos:

- Informou que existe intenção do governo de transferir verbas em sede de IRS e IRC para as autarquias, mas na sua opinião de uma forma global não considera uma boa medida. Disse que vai agravar aqueles que nada têm e beneficia quem mais tem e as autarquias que têm poucos habitantes irão ser ainda mais prejudicadas. Pelo que já fez chegar à Assembleia da República, algumas sugestões relativas ao impacto desta possível medida, devendo esta pensar numa redistribuição de capitais em função de reajustes territoriais.
- Disse que as Câmaras Municipais têm que ser mais empreendedoras e a CMMG deverá avançar rapidamente com o Museu do Vidro Vivo de maneira a inseri-lo numa rota turística que vise trazer mais turistas ao Concelho, principalmente aqueles que se deslocam a Fátima.
- Pediu que a CMMG limpasse a fachada da Ivima devido ao mau aspecto que apresenta.

**O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** alertou a Câmara para o facto de as transferências de competências para as autarquias não vir acompanhada das respectivas verbas. Esta situação tende a agravar-se no contexto socioeconómico que vivemos. Este aumento de responsabilidades para as autarquias tendem a potenciar situações muito complicadas para um maior número de estratos sociais da população. A Câmara vai passar a ter muitas competências e depois não pode fazer nada porque não tem dinheiro.

**O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho**, relativamente à eventual vinda da U.D.L para a Marinha Grande, chamou a atenção para que sejam acauteladas as relações institucionais entre a CMMG e a Câmara Municipal de Leiria, pois trata-se de uma questão essencial para a vida dos municípios. Disse que as contrapartidas que o Sr. Presidente abordou são muito positivas, mas é preciso envolver os clubes que utilizam os equipamentos e os relvados. Todos os intervenientes desportivos do nosso Concelho devem ser ouvidos neste processo, para salvaguardar eventuais problemas.

Mostrou-se agradado com as informações veiculadas pela EDP e com as recentes intervenções no Concelho, mas lembrou que ainda existem muitas deficiências no respeitante à iluminação pública.

**O Sr. Presidente** esclareceu que a nova central vai permitir uma melhor distribuição de energia e que a EDP está a colaborar com a CMMG na gestão de custos da actual iluminação pública. A EDP prevê aumentar o investimento na rede em mais 10 % em todo o país e prometeu não se esquecer do nosso Concelho.

Informou que em relação à Ivima, está resolvido o problema da propriedade horizontal e agora está a ser ultimado o protocolo para a cedência do espaço.

Ainda em relação às negociações com a U.D.L informou que o desenrolar dos acontecimentos está a ser acompanhado com os clubes utilizadores dos equipamentos desportivos e que é sua preocupação sempre salvaguardar os interesses do Município.

**O Sr. Vereador Dr. António Santos** mostrou-se satisfeito com a tomada de posição do Sr. Presidente e com a forma como estão a ser conduzidas as negociações em relação à questão da vinda da U.D.L. para a Marinha Grande. Ninguém se foi oferecer à U.D.L., foi o clube que procurou a Marinha Grande e isso é muito bom para nós, é melhor do que irem jogar para longe, eventualmente para fora do distrito.

**O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** disse que pode perceber pelas informações prestadas pelo Sr. Presidente que as negociações entre a CMMG e a UDL estão a ser ultimadas e independentemente dos cuidados que se exigem em relações institucionais, as mais-valias já negociadas, parecem-lhe muito bem conseguidas para o Concelho. Disse existirem muitos outros aspectos positivos à volta desta eventual vinda e acrescentou que se toda a centralidade do clube vier também para a cidade, ainda melhor.

**A Sra. Vereadora Dra. Alexandra Dengucho** congratulou-se com as negociações já encetadas e referiu ser muito positivo para o Concelho a vinda da U.D.L para o Estádio Municipal da Marinha Grande.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1- REQ. N.º 1345/11 – PC N.º 131/09 – JOÃO CARVALHO FRIAS**

**463** - Presente Processo de Licenciamento n.º 98/1992, relativo à obra de Construção de um Edifício destinado a comércio (café/pastelaria), levado a efeito num prédio rústico localizado na Rua das Rosas da Pedra de Cima, Lugar de Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande, ao qual foi atribuído Alvará de Licença de construção n.º 688/92, de 27/10.

Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de Alteração da Instalação de Estabelecimento de Restauração e Bebidas existente, localizado no Lugar de Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projecto de Arquitectura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 15/07/2010.

Presentes Projectos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projectos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentação do certificado de vistoria das instalações de gás válido, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do art. 3.º do Anexo I da Portaria n.º 362/2000, de 20/06.**
- 2. Cumprimento dos condicionalismos referidos no parecer emitido pelo Delegado de Saúde do ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspectos:**

- 1. Nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respectivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou colectiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exacta dos projectos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 3. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 11.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da actividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, com conhecimento à Direcção-Geral das Actividades Económicas, de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - REQ. N.º 1352/11 – PC N.º 98/06 – GONÇALO JOSÉ RIBEIRO SILVA GOMES**

**464** - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de Construção de Moradia Unifamiliar, Anexo e Muros de Vedação, levada a efeito no Lote n.º 7 do Loteamento Urbano constituído através do Alvará de Loteamento n.º 25/82, localizado na Lameira da Embra, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 94/07, de 29/03, com posteriores prorrogações cujo prazo findou em 21/03/2009.

Presentes Projectos de Alterações aos Projectos de Arquitectura e das Especialidades anteriormente aprovados, relativos à Legalização de Alterações introduzidas no decorrer da obra, dispondo de pareceres técnicos dos serviços, que atestam estarem os mesmos, aptos a merecerem aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspectos:**

- 1. Nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respectivo Alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **3 - REQ. N.º 1362/11 – PC N.º 74/03 – ARMINDO GASPAR PEREIRA**

**465** - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de Construção de um Bloco Habitacional e Comercial, levado a efeito num prédio urbano localizado na Rua João Pereira Venâncio, Lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 310/05, de 17/10, cujo prazo findou em 21/09/2007.

Presente Projecto de Alterações ao Projecto de Arquitectura anteriormente aprovado, decorrente das alterações introduzidas em obra, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 21/08/2008.

Presentes Projectos de Alterações aos Projectos das Especialidades anteriormente aprovados, decorrente das alterações introduzidas em obra, aprovados por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 30/10/2008, com os condicionalismos que a seguir se transcrevem:

“ ...

*Após análise da pretensão a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:*

- 1. Apresentar peça gráfica do projecto predial da rede de águas residuais domésticas, contendo a representação de tubos de queda prolongados até à cobertura de acordo com a sua localização.*
- 2. Executar todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da execução da obra.*

“ ...”

Presente Projecto de Alterações à Rede de Gás decorrente das alterações introduzidas em obra, devidamente aprovado por entidade credenciada.

Presente Projecto de Alterações ao Projecto da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas anteriormente aprovado, relativo à Legalização de Alterações introduzidas no decorrer da obra, dispondo de pareceres técnicos dos serviços, que atestam estar apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspectos:**

- 1. Nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a**



contar da notificação, requerer a emissão do respectivo Alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **4 - REQ. N.º 1391/11 – PC N.º 213/08 – LISA SOFIA OLIVEIRA AMADO**

**466** - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de Construção de Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação, levada a efeito num rústico localizado na Rua Fonte dos Ingleses, Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Obras Licença de Construção n.º 57/09, de 27/02, com termo em 17/02/2011.

Presente Projecto de Alterações ao Projecto de Arquitectura anteriormente aprovado, relativo à Legalização de Alterações introduzidas no decorrer da obra, dispondo de pareceres técnicos dos serviços, que atestam estar apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspectos:**

1. Nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respectivo Alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **5 - REQ. N.º 1218/11 – PC N.º 492/04 – PREDIO MARINHA – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.**

**467** - Presente Processo de Licenciamento n.º 492/04, referente à obra de Construção de Edifício Habitacional, Comercial e Muros de Vedação, levado a efeito num prédio urbano localizado na Rua das Portas Verdes, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 101/07, de 28/05, com termo em 04/05/2012.

Presente Projecto de Alterações ao Projecto de Arquitectura anteriormente aprovado, decorrente das alterações a introduzir em obra, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24/03/2011.

Presentes Projectos de Alterações aos Projectos de Arquitectura e das Especialidades anteriormente aprovados, dispondo de pareceres técnicos dos serviços, que atestam estarem os mesmos, aptos a merecerem aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6. REQUERIMENTO DE MANUEL ALVES MENESES - PEDIDO DE PARECER SOBRE AUMENTO DO NÚMERO DE COMPARTES – DOAÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO AOS SEUS FILHOS - REGIME DAS AUGI – CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE.**

**468** - Presente requerimento recebido nesta Câmara Municipal em 07-01-2011, de Manuel Alves Meneses, casado, portador do Bilhete de Identidade n.º 1526185, emitido em 24-07-1992, pelos SIC de Lisboa, titular do NIF 119736284, residente na Rua 25 de Novembro, Ribeira de Baixo, freguesia e concelho de Porto de Mós, solicitando, na qualidade de proprietário do prédio rústico com a área de 45.884m2 (após rectificação de área), sito no lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 7211, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 9997, a emissão de parecer favorável ao aumento do número de compartes relativamente ao prédio, em virtude de pretender doar o mesmo aos seus três filhos “...*CARLOS MANUEL ALVES MENESES, ARTUS ALVES DA SILVA MENESES E MARIA GORETI ALVES MENESES LEIRIÃO, na proporção de 1/3 para cada um;.*”

Presente informação n.º I/690/2011-FO, de 17-06-2011, na qual se apreciam os factos expostos pelo requerente e os documentos que instruíram o pedido, e se conclui pela inexistência de obstáculos jurídicos ao deferimento do pedido de constituição do regime de compropriedade sobre o prédio supra identificado.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do citado parecer n.º I/690/2011 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica anexo à presente acta, delibera emitir parecer favorável à constituição do regime de compropriedade que decorrerá do negócio jurídico da doação do prédio, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 54.º n.ºs. 1 e 2, do Regime das AUGI-Áreas Urbanas de Génese Ilegal, aprovado pela Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs. 165/99, de 14 de Setembro, 64/2003, de 23 de Agosto e 10/2008, de 20 de Fevereiro, sujeito às seguintes condições:

- a) Que o documento que titula o negócio jurídico da doação - que motiva o pedido de constituição da compropriedade - a realizar a favor de três dos filhos do requerente identificados no seu requerimento, refira expressamente que as partes ficam indivisas.
- b) Que o mesmo não pode ser invocado, a qualquer título, para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico, designadamente de divisão de coisa comum.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7. REQUERIMENTO DE VÍTOR MANUEL DUARTE BONIFÁCIO RIBEIRO – PARTILHA DE PRÉDIO RÚSTICO – PEDIDO DE PARECER FAVORÁVEL À CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE - REGIME DAS AUGI.**

**469** - Presente requerimento recebido nesta Câmara Municipal em 17-02-2011, de Vítor Manuel Duarte Bonifácio Ribeiro, casado, Engenheiro Mecânico, portador do NIF 145785050, residente na Rua Capitão Tenente Oliveira Carmo, n.º 6 – 1.º E, Lisboa, na qualidade de cabeça de casal da herança de seu pai, José Bonifácio Ribeiro, que inclui o prédio rústico sito na Rua do Corgo Norte, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2646, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 727, a favor de José Bonifácio Ribeiro e Maria Teresa Duarte Ribeiro, com a área de 6.450 m<sup>2</sup>, e pretendendo realizar escritura de partilha do mesmo, na proporção de 1/3 a favor dos herdeiros Vítor Manuel Duarte Bonifácio Ribeiro, Libério José Duarte Bonifácio Ribeiro e Isabel Maria Duarte Bonifácio Ribeiro Bexiga, a solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de compartes.

Presente informação n.º I/655/2011-FO, de 13-06-2011, na qual se apreciam os factos expostos pelo requerente e os documentos que instruíram o pedido, e se conclui pela inexistência de obstáculos jurídicos ao deferimento do pedido de constituição do regime de compropriedade sobre o prédio supra identificado.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do citado parecer n.º I/655/2011 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica anexo à presente acta, delibera emitir parecer favorável à constituição do regime de compropriedade que decorrerá do negócio jurídico da partilha do prédio, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 54.º n.ºs. 1 e 2, do Regime das AUGI-Áreas urbanas de Génese Ilegal, aprovado pela Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs. 165/99, de 14 de Setembro, 64/2003, de 23 de Agosto e 10/2008, de 20 de Fevereiro, sujeito às seguintes condições:**

- a) Que o documento que titula o negócio jurídico da partilha - que motiva o pedido de constituição da compropriedade - a realizar a favor de três dos herdeiros do falecido identificados no seu requerimento, refira expressamente que as partes ficam indivisas.**
- b) Que o mesmo não pode ser invocado, a qualquer título, para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico, designadamente de divisão de coisa comum.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **8. PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 36/2011 – AP/DGF – AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2011 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO**

**470** - Presente processo de aquisição nº 36/2011 – AP/DGF, cujo objecto é a contratação de serviços de Auditoria Externa às contas do Município da Marinha Grande para o ano 2011, tendo sido deliberado em Assembleia Municipal de 17/06/2011, sob proposta da Câmara Municipal da sua reunião de 01/06/2011, a nomeação do Dr. Luís Filipe Vicente Pinto como auditor externo do Município da Marinha Grande para o ano de 2011, pelo montante total de 13.500,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do nº2 do artigo 48º da Lei n.º2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais.

Face ao exposto e considerando que o contrato tem de ser reduzido a escrito, nos termos do n.º 1 do artigo 94º e alínea a) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos, **a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta do contrato, em anexo (Anexo 1 da presente acta), nos termos do n.º 2 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 02 de Outubro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **9. RECEPÇÃO DEFINITIVA**

**471 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da Rua dos Poços - Embra – Concurso Limitado n.º. 19/2004”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 27 de Janeiro de Junho de 2005, à empresa “Construções António Leal, S.A.”.**

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Ampliação da Escola da Comeira – Concurso Público n.º. 01/2004”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 15 de Julho de 2004, à empresa “Rodrigues, Irmãos, Lda”.

**A Câmara Municipal, verificando pelos autos referidos que as obras foram executadas de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com os contratos e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente as obras antes enunciadas, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei n.º 59/99 de 02 de Março.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **10. URBANISMO COMERCIAL 3ª FASE – CONCURSO PÚBLICO Nº 4/2005 – REVISÃO DE PREÇOS**

**472 - Presente informação da DOEM com a ref. Smv/17/2011, na qual se propõe a aprovação da revisão de preços da empreitada designada por “Urbanismo Comercial – 3ª fase”.**

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 199º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de Março, “ o preço das empreitadas de obras públicas será obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei especial aplicável. “, designadamente o Decreto-Lei n.º 6/2004 de 6 de Janeiro.

**Assim a Câmara Municipal, concordando com a informação smv/17.2011, que fica anexa (Anexo 2 da presente acta) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar a revisão de preços, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 199º do Decreto-lei n.º 59/99 de 2 de Março e do Decreto-Lei n.º 6/2004 de 6 de Janeiro da empreitada designada por “Urbanismo Comercial – 3ª fase”, adjudicada à firma Asibel, SA, no valor de:**

- a) 15.333,20€ (quinze mil, trezentos e trinta e três euros e vinte cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente aos trabalhos do contrato inicial;**

- b) 803,47 € (oitocentos e três euros e quarenta sete cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, respeitantes aos trabalhos a mais a preços contratuais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 30/06/2011 RELATIVA À CARTA DE OCUPAÇÃO DE SOLO DE 2007 DO INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS - AQUISIÇÃO DA INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E PAGAMENTO DA RESPECTIVA COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LEIRIA. – CARTA DE OCUPAÇÃO DE SOLO DE 2007**

473 - Esteve presente em Reunião de Câmara de 30/06/2011 informação da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projectos (DOP), acerca da importância da Carta de Ocupação do Solo de 2007 (COS 2007) do Instituto Geográfico Português e a solicitar a autorização para proceder à sua aquisição conjunta com a Associação de Municípios da Região de Leiria (AMLEI) e ao respectivo pagamento junto da AMLEI após a sua solicitação. Esta deliberação (deliberação 356 de 30/06/2011) foi tomada por unanimidade, no entanto, por lapso não se procedeu à sua cabimentação prévia, pelo que se propõe que seja revogada essa deliberação.

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 138º e 140º n.º1 do Código de Procedimento Administrativo, revogar a deliberação 356 de 30/06/2011, designadamente no que respeita à Carta de Ocupação do Solo de 2007 do Instituto Geográfico Português – Aquisição da informação geográfica e pagamento da respectiva comparticipação do Município à Associação de Municípios da Região de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12. CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO DE 2007 DO INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS – AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E PAGAMENTO DA RESPECTIVA COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LEIRIA**

474 - Presente informação da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projectos (DOP), acerca da importância da Carta de Ocupação do Solo de 2007 (COS 2007) do Instituto Geográfico Português e a solicitar a autorização para proceder à sua aquisição conjunta com a Associação de Municípios da Região de Leiria (AMLEI) e ao respectivo pagamento junto da AMLEI após a sua solicitação.

A Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera, concordando com a proposta apresentada pela Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projectos, proceder à aquisição da Carta de Ocupação do Solo de 2007 e transferir para a Associação de Municípios da Região de Leiria (AMLEI) o montante de 1668,82€ (IVA 23% incluído) para o pagamento da comparticipação da despesa correspondente ao Município da Marinha Grande, após solicitação da AMLEI.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13. ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE – ADESER II, IPSS - : PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA A CONTINUIDADE DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS, NO ÂMBITO DOS PROJECTOS OTL “ O NOSSO MUNDO” E “GABINETE MÃO ABERTA”.**

**475** - Presente informação n.º 718 da DEDIS (Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social), datada de 28/06/2010, referente a pedido de apoio financeiro efectuado pela Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II IPSS, datado de 23 de Novembro do ano transacto, com registo de entrada n.º 13766, a solicitar o apoio financeiro do Município, para a continuidade das acções previstas, no âmbito dos projectos OTL “ O Nosso Mundo” e Gabinete Mão Aberta.

Considerando o contributo da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II IPSS - para a prevenção de comportamentos de risco e desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens residentes nos bairros sociais de Casal de Malta;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da acção social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Considerando que compete aos municípios a participação, em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projectos de acção social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

**A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 29.500,00€ (vinte e nove mil e quinhentos euros) à Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II IPSS, contribuinte fiscal número 505 933 870, com sede na Rua Aníbal H. Abrantes, Apartado 644, 2430-069 Marinha Grande para fazer face ao desenvolvimento das actividades previstas em Plano para 2011.**

**O referido apoio tem cabimento na acção 2011/A/26 do Plano de Actividades Municipais.**

**Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supra-mencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objecto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objecto, até ao final do corrente ano.**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14. ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE – ADESER II, IPSS - : PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES DIVERSAS JUNTO DE CRIANÇAS E JOVENS CARENCIADOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**

**476** - Presente informação n.º 768 da DEDIS (Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social), datada de 06/07/2011, referente a pedido de apoio financeiro efectuado pela Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II IPSS, datado de 15 de Junho do corrente ano, com registo de entrada n.º 5713, a solicitar o apoio financeiro do Município para o desenvolvimento de actividades diversas junto de crianças e jovens carenciados do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o objectivo primordial das actividades desenvolvidas pela Associação supra-citada junto das crianças e jovens do concelho da Marinha Grande, visa essencialmente apoiar e promover o desenvolvimento integrado do Concelho da Marinha Grande, e a melhoria do bem-estar da comunidade, nomeadamente no âmbito do apoio à infância e juventude.

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da acção social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Considerando que compete aos municípios a participação, em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projectos de acção social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

**A Câmara apreciou a informação anexa e, delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, atribuir um subsídio no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros) à Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II IPSS, contribuinte fiscal número 505 933 870, com sede na Rua Aníbal H. Abrantes, Casal de Malta, Apartado 644, 2430-069 Marinha Grande, para fazer face ao desenvolvimento de actividades diversas junto de crianças e jovens carenciados do concelho da Marinha Grande.**

**O referido apoio tem cabimento na acção 2011/A/25 do Plano de Actividades Municipais.**

**Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supra-mencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objecto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objecto, no final do presente ano civil.**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15. PEDIDO DE SUBSÍDIO ANUAL EFECTUADO PELA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR PARA SUPORTE DAS DESPESAS, COM O FUNCIONAMENTO DO CENTRO SÓCIO SANITÁRIO “PORTA AZUL”.**

477 - Presente informação n.º 757 da DEDIS (Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social), datada de 05 de Julho de 2011, referente a pedido de apoio financeiro efectuado pela Associação Novo Olhar e enviado por e-mail, datado de 3 de Dezembro do ano transacto, para fazer face as despesas recorrentes do dia-a-dia do Centro Sócio-Sanitário Porta Azul.

Considerando o contributo da Associação Novo Olhar na promoção e protecção da saúde, na formação e apoio à integração social e comunitária de doentes com SIDA, utilizadores de substâncias psicoactivas, profissionais do sexo e indivíduos em situação de exclusão social;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e acção social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Considerando que compete aos municípios a participação, em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projectos de acção social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Considerando que o referido centro encontra-se a funcionar desde Abril de 2006 na Marinha Grande, articulando a sua intervenção com entidades públicas e privadas, designadamente com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social, I.E.F.P., Centro de Atendimento a Toxicodependentes e Centro de Saúde.

Considerando que se trata de uma instituição particular de solidariedade social que desenvolve actividades de interesse municipal, ao nível da saúde e da prevenção de riscos;

Considerando que com o apoio disponibilizado junto da população-alvo, a Associação Novo Olhar está a contribuir para a promoção e protecção da saúde, para a formação e apoio à integração social e comunitária de doentes com SIDA, utilizadores de substâncias psicoactivas, profissionais do sexo e indivíduos em situação de exclusão social;

**A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) à Associação Novo Olhar, contribuinte fiscal número 503 260 584, com sede em Rua do Comércio n.º 5 2.º E, 2400-124 Leiria, para fazer face ao desenvolvimento das actividades do funcionamento do Centro Sócio-Sanitário, no corrente ano.**

**O referido apoio tem cabimento na acção 2011/A/26 do Plano de Actividades Municipais.**

**Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supra-mencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objecto do apoio**



**financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objecto, até ao final do corrente ano.**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **16. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À DELEGAÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ACTIVIDADES PREVISTO PARA O CORRENTE ANO.**

**478** - Presente informação n.º 526 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social (DEDIS), datada de 13 de Maio de 2011, a dar conta do pedido de apoio financeiro efectuado pela Delegação Distrital de Leiria da Associação Portuguesa de Deficientes, datado de 27 de Março do presente ano, registado com o número de entrada 3065/2011, para fazer face ao desenvolvimento das actividades previstas no âmbito do Plano para o corrente ano.

Considerando o contributo da Delegação Distrital de Leiria da Associação Portuguesa de Deficientes, com o desenvolvimento das actividades previstas em Plano para o corrente ano, para a defesa e reforço dos direitos e dignidade das pessoas com deficiência;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e da acção social conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Considerando que compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projectos de acção social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, onde se inclui a deficiência, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Considerando que a Delegação Distrital de Leiria, em concreto, conta já com 1065 associados, sendo que 200 residem no concelho da Marinha Grande. Embora seja este o número oficial de associados no nosso concelho, o apoio dado por esta Associação não se limita apenas a estes, mas a todos os cidadãos portadores de deficiência que procuram os seus serviços.

**A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Delegação Distrital de Leiria da Associação Portuguesa de Deficiente, contribuinte fiscal número 501 129 430, com sede em Travessa Vieira de Leiria, n.º 15, 2430-276 Marinha Grande para fazer face ao desenvolvimento das actividades previstas em Plano para 2011.**

**O referido apoio tem cabimento na acção 2011/A/26 do Plano de Actividades Municipais.**

**Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supra-mencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objecto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objecto, até ao final do corrente ano.**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17. APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE PATROCÍNIO DESPORTIVO - CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE - RALLYE VIDREIRO**

Assunto retirado da ordem do dia.

**18. ACTUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR DURANTE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DO CORRENTE ANO.**

**479** - Presente informação n.º 767 da Divisão de Educação Desporto e Intervenção Social (DEDIS) datada de 06/07/2011, referente à actualização a partir dos próximos meses de Agosto e Setembro das rendas de habitação social pertença da Autarquia, localizadas nas seguintes zonas: Avenida da Liberdade (Bloco L/M); Rua da Charnequinha (Moita), Rua Júlio Braga Barros, Rua António Lopes, Rua Bairro do Camarnal (Novo Bairro do Camarnal).

**A Câmara analisou a referida informação e, tendo em conta o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à actualização anual das seguintes rendas.**

**A PARTIR DE AGOSTO:**

**Avenida da Liberdade (Bloco L/M)**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/10	RENTA/11
L	Maria Orange Moiteiro	2.º Esq.	28/07/2008	10,36€	11,07€
M	Maria Júlia Calado	2.º Dto	01/08/2007	6,12€	6,66€

**Rua da Charnequinha**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/10	RENTA/11
44	Fernanda Maria Frederico	1.º Esq.	30/07/2007	28,11€	26,07€

**Rua António Lopes**

<b>MORADOR</b>	<b>FOGO</b>	<b>DATA CONTRATO</b>	<b>RENTA/10</b>	<b>RENTA/11</b>
Horácio Freitas Marques	12	01/08/2004	46,22€	42,48€
Maria Alice F. Mendes	23	10/08/2004	19,65€	28,00€
Vitorino Carlos H. Saraiva	41	01/08/2004	59,23€	57,87€

**Rua Bairro do Camarnal**

<b>MORADOR</b>	<b>FOGO</b>	<b>DATA CONTRATO</b>	<b>RENTA/10</b>	<b>RENTA/11</b>
José António C. Santos	41	01/08/2004	129,72€	123,37€

**A PARTIR DE SETEMBRO:**

**Avenida da Liberdade (Bloco L/M)**

<b>BLOCO</b>	<b>MORADOR</b>	<b>FOGO</b>	<b>DATA CONTRATO</b>	<b>RENTA/10</b>	<b>RENTA/11</b>
M	Leonel Vieira Cunha	1.º Dto	17/09/2010	58,75€	56,93€
M	M.ª de Lurdes Matos	2.º Esq.	03/09/2007	13,86€	13,20€

**Rua da Charnequinha**

<b>BLOCO</b>	<b>MORADOR</b>	<b>FOGO</b>	<b>DATA CONTRATO</b>	<b>RENTA/10</b>	<b>RENTA/11</b>
46	M.ª do Céu Ferreira	R/C Esq.	06/09/2005	98,80€	36,56€

**Rua Júlio Braga Barros**

<b>BLOCO</b>	<b>MORADOR</b>	<b>FOGO</b>	<b>DATA CONTRATO</b>	<b>RENTA/10</b>	<b>RENTA/11</b>
1	Vítor Rodrigues Sousa	R/C D	27/12/1993	45,93€	42,28€
1	Maria Brízida Azevedo	1.º D	10/12/1999	16,06€	17,12€
3	Maria Celeste Conceição	1.º B	16/01/2001	23,63€	23,15€
3	Ricardo Miguel Casaca	1.º C	10/12/1998	38,00€	38,80€
5	M.ª de Fátima Silva Ferreira	R/C B	22/12/1997	69,93€	68,14€
5	José Pereira	R/C C	07/09/2000	53,68€	68,80€

**Mais delibera que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor, respectivamente durante o mês de Agosto e Setembro do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **19. FRACÇÕES HABITACIONAIS ANTERIORMENTE PROPRIEDADE DO IGAPHE – REGIME DE PROPRIEDADE RESOLÚVEL – AVERBAMENTOS TITULADOS**

**480** - Por escritura pública celebrada em 03/12/2003, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 199/2002, de 25 de Setembro, foi efectuada a transferência patrimonial do IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado para o Município da Marinha Grande, dos direitos e obrigações sobre as fracções autónomas sitas nas freguesias da Marinha Grande e de Vieira de Leiria e descritas no documento complementar anexo à referida escritura.

Nos termos da alínea a) do n.º 1 da cláusula 2ª da mencionada escritura, o Município aceitou, *“...a partir da data da respectiva transmissão a responsabilidade pelos direitos e obrigações...”* decorrentes dos contratos *“...de venda em propriedade resolúvel, escritos ou verbais, celebrados pelo IGAPHE ou pelas entidades que o antecederam na titularidade daquele património.”*

Em 02/02/2004 foi recebido nesta Câmara Municipal ofício do IGAPHE, registado com o n.º de entrada 935, com a epígrafe “Transferência dos Bairros do IGAPHE para a Câmara Municipal da Marinha Grande”, através do qual foi anexada *“listagem dos moradores em propriedade resolúvel e respectivas prestações”*. (cfr. doc. 1).

Do referido documento constavam 14 processos, cujo pagamento da última prestação deveria ocorrer até 28/09/2008.

Atendendo à existência de dúvidas por parte de alguns moradores, quanto ao n.º de prestações pagas, houve a necessidade de serem pedidos esclarecimentos à Divisão de Gestão Financeira. Ultrapassada esta questão e, informados os moradores-adquirentes do entendimento dos serviços camarários face às dúvidas suscitadas, existem até ao momento, apenas 3 processos por averbar.

Nesta data, os adquirentes abaixo mencionados já efectuaram o pagamento da última prestação, conforme guias de receita, devidamente identificadas:

1 – Carlos Manuel Jesus Santos, residente na Rua General Humberto Delgado Bloco 30 1.º D, Casal do Malta, 2430-069 Marinha Grande.

Guia de pagamento da última prestação n.º 2204/3 de 13/06/2011;

2 – Joaquim António Rebola, residente na Rua General Humberto Delgado Bloco 32 2.º A, Casal do Malta, 2430-069 Marinha Grande.

Guia de pagamento da última prestação n.º 1575/3, de 29/04/2011;

3 – Amílcar Coelho Matias, residente na Rua João Pereira Correia, Bloco 1 R/C B, Casal do Malta, 2430-069 Marinha Grande.

Guia de pagamento da última prestação n.º 2019/3, de 10/09/2008;

Considerando que:

- Nos termos dos números 4 e 5 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 167/93, de 7 de Maio:

4 – *“Com o pagamento da última prestação extingue-se o regime de propriedade resolúvel, sendo o facto averbado no título de aquisição”.*

5 – *“Com base no disposto no número anterior, podem os interessados requerer às conservatórias do registo predial os respectivos averbamentos na inscrição do prédio.”*

**A Câmara Municipal apreciou a informação anexa e delibera ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o n.º 1 e 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 167/93, de 7 de Maio, que sejam efectuados os averbamentos nos títulos de aquisição, dando-se assim por extinto o regime de Propriedade Resolúvel dos processos referentes aos seguintes adquirentes:**

**- Carlos Manuel Jesus Santos, residente na Rua General Humberto Delgado Bloco 30 1.º D, Casal do Malta, 2430-069 Marinha Grande.**

**- Joaquim António Rebola, residente na Rua General Humberto Delgado Bloco 32 2.º A, Casal do Malta, 2430-069 Marinha Grande.**

**- Amílcar Coelho Matias, residente na Rua João Pereira Correia, Bloco 1 R/C B, Casal do Malta, 2430-069 Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **20. FONOTECA DA MOITA – PROTOCOLO COM O CLUBE DESPORTIVO MOITENSE.**

**481** - Presente Informação N.º I/756/2011, de 05.07.2011, apresentada por Rosa Vaz, Técnica Superior da Área das Bibliotecas, enunciando o seguinte:

1. Dando cumprimento à Deliberação de Câmara n.º 671, de 14 de Julho de 2005, foi celebrado a 23 de Julho de 2005 um Protocolo com o Clube Desportivo Moitense, através do qual se definiram *“... as regras de entendimento estabelecidas entre a Câmara e o Clube para a criação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal da Moita.”* (ver Cláusula 2ª). A Cláusula 12ª fixou o período de vigência do Protocolo em *“... três anos automaticamente renovado por período de igual duração se não for denunciado por qualquer das Partes.”*. E o n.º 2 da mesma Cláusula, define que *“A denúncia do presente protocolo deve ser feita com uma antecedência mínima de 90 dias...”*.

Em conformidade com o que acaba de ser referido e dado que o Protocolo não foi denunciado por nenhuma das Partes, ele renovar-se-á automaticamente no próximo **dia 23 de Julho e vigorará até 22 de Julho de 2014;**

2. O n.º 4, da Cláusula 6ª fixa que o Clube Desportivo Moitense *"... beneficiará de um apoio financeiro semestral por parte da Câmara Municipal da Marinha Grande, (...) a atribuir (...) nos meses de Março e Setembro..."*. No n.º 5, da mesma Cláusula é dito que esse apoio *"... será alvo de actualização no mês de Julho de cada ano, tendo em conta a taxa de inflação, depois de recebidos o relatório de actividades desenvolvidas e o plano de actividades a desenvolver no próximo ano."*

Neste enquadramento, de acordo com a Deliberação de Câmara n.º 597, de 15.07.2010 (acta n.º 19) o valor total do apoio financeiro concedido ao Clube Desportivo Moitense, relativo ao período de Julho de 2010 a Junho 2011, foi de **5.724,06€**, a pagar em duas tranches semestrais no valor de **2.862,03€**.

Partindo destes valores e tendo em conta a taxa de inflação que, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo INE, relativos a Maio de 2011, está fixada em 3,8%, concluímos que o valor de actualização do Protocolo, relativa ao período de **Julho de 2011 a Julho de 2012**, é de **217,51€**, traduzindo-se num valor global de **5.941,57€**. De acordo com o fixado no Protocolo este valor anual deverá ser pago em 2 tranches de **2.970,78€**, devendo a 1ª ocorrer no mês de Setembro de 2011 e a 2ª no mês de Março de 2012.

3. A actualização do apoio financeiro, referido no ponto anterior, fica no entanto condicionado à apresentação, por parte do Clube Desportivo Moitense, de *"... Relatório de actividades desenvolvidas e o plano de actividades a desenvolver no próximo ano."* (ver n.º 5, Cláusula 6ª), cujos documentos deram entrada com o registo E/5451/2011, de 07.06.2011, e encontram-se em anexo à referida Informação.

**A Câmara Municipal apreciou toda a documentação apresentada e delibera, no uso da competência prevista na alínea b), n.º 4, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**

1. **Proceder ao pagamento do apoio financeiro, deliberado na reunião de Câmara de 15.07.2010 (Deliberação n.º 597), relativo ao semestre de Janeiro a Junho de 2011, no valor de 2.862,03€, a conceder ao Clube Desportivo Moitense, contribuinte n.º 501 216 049, com sede na Rua 1º de Dezembro, n.º 30, 2445-580 Moita, tendo em conta os documentos apresentados (ver Anexo 1);**
2. **Aprovar a renovação do Protocolo celebrado com o Clube Desportivo Moitense, passando a vigorar por mais três anos, face à ausência de denúncia por qualquer uma das partes (ver Anexo 2);**
3. **Aprovar a actualização, em 217,51€, do valor global para o apoio financeiro a conceder pela Câmara Municipal da Marinha Grande ao Clube Desportivo Moitense, correspondente à taxa de inflação de 3,8% que consta nos últimos dados disponibilizados pelo INE em Maio de 2011 (ver Anexo 3), o que se traduz num**

apoio financeiro anual de 5.941,57€, que deverá ser pago semestralmente, de acordo com o fixado no Protocolo, respectivamente, em Setembro de 2011 e Março 2012;

4. Proceder ao pagamento do apoio financeiro, relativo ao semestre de Julho a Dezembro de 2011, no valor de 2.970,78€, ao Clube Desportivo Moitense, contribuinte n.º 501 216 049, com sede na Rua 1º de Dezembro, n.º 30, 2445-580 Moita, tendo em conta que os documentos apresentados estão em conformidade com o fixado no n.º 4 da Cláusula 10ª do Protocolo (ver Anexo 4).

A verba destinada ao cumprimento do preconizado no Protocolo está prevista em Plano de Actividades 2011 na Acção 2008/A/176.

Mais se informa, que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Fazenda Pública, conforme certidões que se encontram arquivadas na Secção de Contabilidade desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **21. IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – APROVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECER COM OS 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO, PARA O ANO LECTIVO DE 2011/2012**

**482** - Presente Guião para elaboração do Acordo de Colaboração no âmbito do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico, remetido pela DREC (Direcção Regional de Educação do Centro), e que permitiu elaborar o presente acordo de colaboração que se apresenta em anexo para vigorar com os 3 Agrupamentos existentes no concelho no próximo ano lectivo 2011/2012.

Considerando a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro;

Considerando o sucesso alcançado nos anos lectivos anteriores com a implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 1.º ciclo do ensino básico, que permitiu melhorar e aprofundar as actividades de enriquecimento curricular que já se vêm realizando no concelho da Marinha Grande desde há mais de uma década, em parceria entre a autarquia e as escolas;

Considerando a mais-valia que os projectos de parceria transportam para a promoção destas actividades de enriquecimento curricular, através da organização de respostas diversificadas em função da realidade local, o que permite que actualmente todas as escolas do 1.º ciclo do concelho promovam este tipo de actividades para os seus alunos;

Considerando, por último, a urgência de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e a necessidade de garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;

Considerando que a Educação tem merecido especial atenção deste Município, e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico, no âmbito da alínea e) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

Considerando que muito embora a competência seja do Ministério da Educação, é interesse desta Câmara Municipal apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei, conforme a alínea l) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Considerando que muito embora a competência seja do Ministério da Educação, é interesse desta Câmara Municipal colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central, conforme a alínea h) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Considerando que é competência da Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, conforme a alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Considerando a excelente relação que tem vindo a solidificar-se no concelho da Marinha Grande entre a Câmara Municipal e os três Agrupamentos de Escolas existentes, quer no que diz respeito à gestão das actividades lectivas, ou à construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos escolares, na concepção e realização de actividades de enriquecimento curricular, como sejam as actividades físicas e desportivas ou as sessões de ciência divertida, ou ainda projectos relacionados com a dimensão europeia;

Considerando que na sequência da publicação do Despacho n.º 14460/2008 (2.ª série), do Gabinete da Ministra da Educação, de 15 de Maio, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8683/2011 (2.ª série), do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, de 28 de Junho, torna-se necessário iniciar novo processo de candidatura ao financiamento para dar continuidade às actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, no próximo ano lectivo de 2011/2012, conforme estabelecido através da comunicação da Direcção Regional de Educação do Canto, registo de entrada n.º 6026/2011, datado de 29 de Junho de 2011;

**A Câmara analisou o referido acordo de colaboração e considerando que a educação tem merecido especial atenção deste município, e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico, no âmbito da alínea e) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, delibera no uso de competência previstas na alínea l) do n.º 4 e alínea h) do n.º 2, ambos do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar o presente acordo de colaboração, que se anexa, (Anexo 3 da presente acta) a estabelecer com os 3**



**Agrupamentos do concelho no âmbito da implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular, no próximo ano lectivo 2011/2012.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**22. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES**

**483** - As autarquias locais dispõem de poder regulamentar directamente atribuído pelo artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, ou seja, este poder que está intimamente ligado à autonomia local permite-lhes regulamentar as matérias da sua competência.

No sentido de assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, competência prevista na alínea b) do n.º3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como a fixação dos preços das refeições e participações em matéria de acção social escolar, designadamente no que respeita à alimentação, a Câmara Municipal elaborou um Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares.

Este Regulamento surgiu da necessidade de regular as matérias associadas ao fornecimento das refeições escolares, nomeadamente, controle dos refeitórios, horários e períodos de funcionamento, ementas, preço das refeições, auxílios económicos, regras de utilização e de higiene.

Os motivos subjacentes a esta regulamentação estão plasmados na nota justificativa que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Com a implementação deste regulamento será criada uma alternativa ao procedimento respeitante ao pagamento das refeições escolares, evitando as constantes deslocações de pais e encarregados de educação aos serviços camarários e as perturbações nas suas vidas profissionais daí advenientes.

Esta simplificação originará custos administrativos menores que se traduzirão numa real e substancial diminuição do preço das refeições escolares, claramente evidenciado no quadro comparativo anexo à presente deliberação. (cf. anexo2)

Esta redução de preços vai de encontro às actuais preocupações em ajudar as famílias do concelho que atravessam reais dificuldades financeiras, resultantes da actual conjuntura de crise sócio-económica.

**Nestes termos e no uso das competências conferidas pelas alíneas j) e l) do n.º1, d) do n.º4 e a) do n.º7 todas do artigo 64.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 16 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou aprovar o Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares que se anexa à presente deliberação. (Anexo 4 da presente acta)**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**23. COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – ANO LECTIVO 2011/2012 – APLICAÇÃO DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO E RESPECTIVA TABELA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR**

**484** - Presente a informação n.º717/2011 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 27 de Junho de 2011, e na qual se dá conta da necessidade de uma revisão das normas da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município da Marinha Grande, a ser implementados, a partir do próximo ano lectivo 2011/2012, bem como em aplicar uma redução de 40% do valor estipulado para cada um dos escalões previstos na Tabela de Comparticipação Familiar pela utilização da valência de Prolongamento de Horário nos Estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho.

Considerando que no Ensino Pré-Escolar, o Ministério da Educação recomenda uma componente lectiva de cinco horas diárias, ou seja, vinte e cinco horas semanais, horário esse que nem sempre corresponde às verdadeiras necessidades das famílias;

Considerando que tem sido objectivo primordial deste Município proporcionar actividades para além das referidas cinco horas diárias, denominadas por “ Prolongamento de Horário”, assim como actividades durante as interrupções lectivas, as quais visam suprir essas necessidades;

Considerando que nos termos do Despacho Conjunto n.º 300/97 do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade e Segurança Social (2.ª Série), de 9 de Setembro, são definidas as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das Componentes de Apoio à Família dos estabelecimentos de educação pré-escolar;

Considerando que a Tabela de Comparticipação Familiar para Frequência da Componente de Apoio à Família foi reajustada já no ano lectivo transacto aos princípios actuais que regem a Acção Social Escolar, definidos nos termos do Despacho n.º 18987/2009 do Gabinete do Secretário Adjunto e da Educação (2.ª Série), de 17 de Agosto, e tendo por base de cálculo o posicionamento dos alunos nos escalões de rendimento para atribuição do Abono de Família;

**A Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o n.º 1 do artigo 12.º do Despacho Conjunto n.º 300/97 do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade e Segurança Social (2.ª Série), de 9 de Setembro, aprovar as Normas de Funcionamento da Componente de Apoio à Família para o ano lectivo 2011/2012, que constam como anexo 1 da presente deliberação. (Anexo 5 da presente acta)**

**Mais delibera ao abrigo da competência prevista alínea d) do n.º4 e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o n.º 1 do artigo 12.º do Despacho Conjunto n.º 300/97 do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade e Segurança Social (2.ª Série), de 9 de Setembro, aprovar as alterações na Tabela de Comparticipação Familiar da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de**

**Educação Pré-Escolar, designadamente a redução em 40% do valor estipulado para cada um dos escalões previstos na Tabela, bem como a correspondência dos escalões de rendimentos aos respectivos escalões de abono, conforme tabela que consta como anexo 2 da presente deliberação. (Anexo 5 da presente acta)**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**24. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CELEBRAÇÃO DE DIVERSOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, PSICOMOTRICIDADE E BIBLIOTECAS ESCOLARES, PARA O ANO LECTIVO DE 2011/2012.**

**485** - A Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2011, veio introduzir um conjunto de medidas tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22º do referido diploma, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 - A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 4 do referido art.º 22 da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro estabelece que nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 2 deste art.º 22º é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 3 do mesmo artigo, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de Abril.

Assim, atento o exposto na Lei de Orçamento de Estado para 2011 tanto a celebração dos contratos de prestação de serviços bem como a respectiva renovação, estão sujeitas a parecer vinculativo do órgão executivo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 4-A/2011 a 3 de Janeiro que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de Abril.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 3 -B/2010, de 28 de Abril.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local tem sido entendimento pela CCDRC, DGAL e ANMP de que o disposto no artº 22 da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Presentes informações da DEDIS - Divisão de Educação, Desporto, e Intervenção Social, justificando a necessidade de se proceder à contratação dos serviços de Actividades de Enriquecimento Curricular, Componente de Apoio à Família, Psicomotricidade e Bibliotecas Escolares, para o ano lectivo de 2011/2012.

Considerando, tal como supra exposto, que a celebração de contratos de aquisição de serviços, carece de parecer prévio desta Câmara Municipal, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 Dezembro.

Considerando que nos termos do n.º 3 e n.º 4, do artigo 22º da Lei n.º 55-A/3011 de 31 de Dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória aos contratos de aquisição de serviços, que venham a celebrar-se ou a renovar-se em 2011, com idêntico objecto e a mesma contraparte.

Considerando que os procedimentos de contratação pública a despoletar serão regidos pelo disposto no Código dos Contratos Públicos;

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, serão apresentados pelos respectivos adjudicatários os documentos comprovativos da regularização das obrigações fiscais e com a segurança social;

Considerando que os objectos dos contratos a celebrar consiste na prestação de serviços de Actividades de Enriquecimento Curricular, Componente de Apoio à Família, Psicomotricidade e Bibliotecas Escolares, para o ano lectivo de 2011/2012, cujas funções são exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto dos contratos.

**Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/07/2011**  
**Acta n.º 14**

Considerando que a presente despesa tem enquadramento orçamental na classificação orgânica/económica 07/020220 do PAM na acção 2011/A/15, conforme propostas de cabimento em anexo.

Considerando que os procedimentos a adoptar, previstos no Código dos Contratos Públicos, por actividade e os respectivos preços base, atenta redução remuneratória, são os constantes no quadro seguinte:

<b>Processo de Aquisição</b>	<b>Descrição</b>	<b>Preço base com redução remuneratória de 10%</b>	<b>Anexo</b>	<b>Procedimento a adoptar</b>
P.A. N.º 44	Ensino de inglês e ensino da música, Agrupamento de Escolas Nery Capucho, ano lectivo 2011/2012	51.132,60 €	1	Concurso Publico, art. 16, n.º 1, al) b)
P.A. N.º 45	Ensino de inglês e ensino da música, Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria, ano lectivo 2011/2012	21.066,48 €	2	Concurso Publico, art. 16, n.º 1, al) b)
P.A. N.º 46	Actividade física e desportiva p/ todos os agrupamentos, ano lectivo 2011/2012	50.851,80 €	3	Concurso Publico, art. 16, n.º 1, al) b)
P.A. N.º 47	Ensino da natação Marinha Grande	21.384,00 €	4	Ajuste Directo, art. 16, n.º 1, al) a)
P.A. N.º 48	Ensino da natação Vieira de Leiria	16.005,60 €	5	Ajuste Directo, art. 16, n.º 1, al) a)
P.A. N.º 49	Actividades de animação e apoio à família para o ensino pré – escolar: componente de apoio à família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria	89.504,50 €	6	Concurso Publico, art. 16, n.º 1, al) b)
P.A. N.º 50	Actividades de animação de bibliotecas escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria	33.801,00 €	7	Concurso Publico, art. 16, n.º 1, al) b)
P.A. N.º 51	Actividade Física/Gímnica (Psicomotricidade) nos Jardins de Infância dos Agrupamentos de Escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens	27.436,50 €	8	Ajuste Directo, art. 16, n.º 1, al) a)
P.A. N.º 52	Actividades de enriquecimento curricular do ensino de inglês e ensino da musica, aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens	51.132,60 €	9	Concurso Publico, art. 16, n.º 1, al) b)

Considerando que o preço base proposto para cada um dos procedimentos, referidos no quadro anterior, inclui a redução remuneratória de 10% face ao preço contratual dos contratos celebrados em 2010, conforme se atesta em documentação anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos estipulados nos n.ºs 3 e 4, do artigo 22º da Lei n.º 55-A/3011 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 2 e n.º 4, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, emitir parecer prévio favorável relativamente à celebração de contratos relativos à contratação de serviços de Actividades de Enriquecimento Curricular, Componente de Apoio à Família, Psicomotricidade e Bibliotecas Escolares, para o ano lectivo de 2011/2012 para os procedimentos descritos no quadro anterior.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **25. RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia treze de Julho de dois mil e onze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica “Total de Disponibilidades” 2.015.163,45 € (dois milhões, quinze mil, cento e sessenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

486 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ, N.º 1031/10 – PC 1008/02 – PIRISCACONSTROI – CONSTRUÇÕES, LDA.

2. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO PRÉVIO DO NOVO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE.

3. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1 - SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA - CONCURSO PÚBLICO N.º 2/2011(DOEM).

APROVAÇÃO DE TERMOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES ACEITES. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.

4. CESSAÇÃO EXCEPCIONAL DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA A ÁREA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS.

5. CESSAÇÃO EXCEPCIONAL DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA A ÁREA DE BIOLOGIA/ENGENHARIA BIOLÓGICA.

**6. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART.º22 DA LEI N.º 55-A/2010 DE 31 DE DEZEMBRO QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2011 PARA EFEITOS DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VALAS E LINHAS DE ÁGUA DISTRIBUÍDOS PELAS FREGUESIAS DE MARINHA GRANDE, VIEIRA DE LEIRIA E MOITA.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1. REQ, N.º 1031/10 – PC 1008/02 – PIRISCACONSTROI – CONSTRUÇÕES, LDA.**

**487** - Presente requerimento de PiriscaConstroi – Construções, Lda., titular do Processo de Licenciamento n.º 1008/02, referente à obra de Construção de Edifício Habitacional, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 105/05, de 29/10, num prédio sito na Rua dos Oleiros, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a recepção das Obras de Urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à “EXECUÇÃO DAS REDES VIÁRIA, DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS PLUVIAIS E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS”, cuja caução foi prestada mediante Garantia Bancária n.º 182-02-0003719, do Banco de Investimento Imobiliário, S.A., e à “EXECUÇÃO DE COLECTOR PLUVIAL”, cuja caução foi prestada mediante Garantia Bancária n.º 125-02-1254107, do Banco Millennium BCP.

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a recepção provisória das Obras de Urbanização.

**Após análise da pretensão e do respectivo Auto de Recepção Provisória Parcial das Obras de Urbanização supra referidas, conforme Auto anexo, a Câmara deliberou mandar libertar:**

**Da Garantia Bancária n.º 182-02-0003719, do Banco de Investimento Imobiliário, S.A., no montante de € 50.624,34 (cinquenta mil, seiscentos e vinte e quatro euros e trinta e quatro cêntimos), mandar libertar as percentagens e montantes a seguir indicados, num valor total de €45.371,55 (quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos), referente à “EXECUÇÃO DAS REDES VIÁRIA, DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS PLUVIAIS E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS”, de acordo com as componentes a seguir apresentadas, ficando retido o montante de € 5.252,79 (cinco mil duzentos e cinquenta e dois euros e setenta e nove cêntimos), até à recepção definitiva das referidas Obras de Urbanização:**

COMPONENTE ESPECIALIDADE	MONTANTE PRESTADO	% A LIBERTAR	MONTANTE A LIBERTAR	VALOR A RETER
Rede Viária				
Componente Sinalização:	€ 211,50	0%	€0,00	€ 211,50
Restantes Componentes:	€ 22.755,53	90%	€20.479,98	€ 2.275,55
Rede de Drenagem de Águas Residuais Pluviais:	€ 22.873,66	90%	€ 20.586,29	€ 2.287,37

COMPONENTE ESPECIALIDADE	MONTANTE PRESTADO	% A LIBERTAR	MONTANTE A LIBERTAR	VALOR A RETER
Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas:	€ 4.783,65	90%	€ 4.305,28	€ 478,37
<b>TOTAIS:</b>	<b>€ 50.624,34</b>	<b>-----</b>	<b>€ 45.371,55</b>	<b>€ 5.252,79</b>

Da Garantia Bancária n.º 125-02-1254107, do Banco Millennium BCP, no montante de €7.115,18 (sete mil, cento e quinze euros e dezoito cêntimos), mandar libertar o montante de €6.403,66 (seis mil, quatrocentos e três euros e sessenta e seis cêntimos), correspondente a 90% do valor da caução referente à “EXECUÇÃO DE COLECTOR PLUVIAL”, ficando retido o montante de € 711,52 (setecentos e onze euros e cinquenta e dois cêntimos), correspondente a 10% do valor da caução prestada, até à recepção definitiva das Obras de Urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **2.APRESENTAÇÃO DO ESTUDO PRÉVIO DO NOVO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE**

Foi feita uma apresentação em power-point pelo Sr. Arquitecto Miguel Figueiredo e pela Dra. Inês Marrazes, Chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projectos, da proposta de concepção do novo Mercado Municipal da Marinha Grande.

A Câmara tomou conhecimento.

## **3. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1 - SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA - CONCURSO PÚBLICO N.º 2/2011(DOEM)**

### **APROVAÇÃO DE TERMOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES ACEITES. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.**

**488** - Presente informação técnica, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas por diversos interessados no âmbito do procedimento identificado em epígrafe.

A Câmara Municipal, enquanto órgão competente para a decisão de contratar, deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados (artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos).

A Câmara Municipal, concordando com a informação dos serviços técnicos, que se dá por integralmente reproduzida (anexo 6 da presente acta), delibera, de acordo com o artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos, aprovar os termos de suprimento de erros e omissões aceites, que perfazem o montante global de 7.636,53 euros, e que têm o efeito de elevar o preço base do procedimento para 356.447,19 euros.

Mais delibera aprovar o mapa de quantidades final a considerar para efeitos de apresentação das propostas.



**A Câmara delibera, em consequência, prorrogar o prazo para a apresentação das propostas em vinte e quatro dias, a contar da data da publicação do respectivo anúncio no Diário da República, nos termos do artigo 64.º, n.º 2, do código dos Contratos Públicos.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

A Sra. Vereadora Dra. Alexandra Dengucho ausentou-se da reunião.

#### **4. CESSAÇÃO EXCEPCIONAL DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA A ÁREA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

**489** - A Câmara Municipal da Marinha Grande, em 7 de Abril de 2011, deliberou, ao abrigo da competência prevista nos artigos 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e 64.º, n.º 7 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na sua actual redacção, autorizar a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para um posto de trabalho na categoria de técnico superior, área de contabilidade e finanças, com recurso, ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.º 3 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, ao recrutamento excepional, no caso de se verificar a impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

Nos termos do Aviso DGR N.º 5/2011, foi aberto o referido procedimento concursal, publicado através do Aviso n.º 12746/2011, na 2.ª Série do Diário da República do dia 16 de Junho de 2011 (referência A). O prazo das candidaturas decorreu no período compreendido entre 17-06-2011 e 01-07-2011, estando nesta fase, em apreciação pelo júri.

O procedimento em causa foi desencadeado na sequência das exigências constantes no POCAL e consequente necessidade de solidificar o processo de inventariação, nomeadamente no que concerne às empreitadas de obras públicas, à necessidade de redefinir circuitos de tramitação processual para a obtenção da informação necessária à prossecução destas atribuições e à necessidade de implementar em pleno o sistema de contabilidade de custos cujo o contributo da área do património é indispensável.

Porém e avaliadas as efectivas necessidades desta área, importa salientar que tais atribuições têm sido asseguradas por uma assistente técnica, com formação académica na área, que tem demonstrado capacidade e conhecimentos necessários ao cabal desempenho das atribuições investidas à área do património, nesta vertente.

Tal possibilidade, aliada ao acréscimo de despesa na ordem dos 22.000,00€/anuais, resultante deste procedimento concursal, constitui uma evidência de que a contratação de um técnico superior com o perfil em causa, não se revela prioritário ou imprescindível, na medida em que, no imediato, dispomos de recursos humanos que permitam satisfazer tal necessidade.

Com a publicação do Memorando de entendimento que suporta o apoio externo obtido por Portugal, foram dadas a conhecer medidas orçamentais estruturais que determinarão um impacto profundo e abrangente no seio das autarquias locais, designadamente na limitação do número de admissões de pessoal de forma a alcançar uma diminuição do número de efectivos e

na redução das transferências provenientes do Orçamento de Estado. Tais limitações condicionam a situação económica e financeira do município, determinando a urgência de alocar os recursos existentes às necessidades imperiosas do funcionamento interno dos serviços.

Perante este quadro, ponderadas as efectivas necessidades e verificada a existência de meios humanos com capacidade de desenvolver com rigor e qualidade as atribuições desta área, resulta claro que a continuidade do procedimento concursal com vista ao recrutamento por tempo indeterminado de um técnico superior, área de contabilidade e finanças, contraria os conceitos de eficácia, eficiência e racionalização dos recursos municipais.

Nos termos do preceituado no artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, o recrutamento de pessoal passou a ser precedido de aprovação do órgão executivo, e, por conseguinte, também a respectiva cessação do procedimento concursal deve ser autorizada por este órgão.

Assim, considerando que:

1. Ainda não se procedeu à ordenação final dos candidatos, nos termos do artigo 34.º e seguintes da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada em anexo à Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril;
2. Nos termos do previsto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, a contratação depende de fundamentação do interesse público no recrutamento, face a carências de recursos humanos e sua evolução global, dependendo ainda da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por recurso a pessoal com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou em situações de mobilidade;
3. A autarquia, dispõe, no imediato, de meios humanos que permitam colmatar as necessidades para as quais foi determinada a abertura deste procedimento concursal;
4. Face ao actual contexto económico do país e à necessidade de readaptar os meios financeiros disponíveis para prioridades efectivas do funcionamento interno dos serviços, o preenchimento de um posto de trabalho na área de contabilidade e finanças, não se coaduna com as actuais exigências do Município.

**Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, conjugado com o artigo 38.º, n.º 2 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada em anexo à Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, delibere autorizar a cessação do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na categoria de técnico superior, área de contabilidade e finanças.**

**Deverá ser dado conhecimento da presente deliberação aos elementos do júri designados para integrar o júri do referido procedimento concursal e aos interessados.**

**A deliberação foi aprovada por maioria, com 3 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.**

## **5. CESSAÇÃO EXCEPCIONAL DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR**

**TEMPO INDETERMINADO, NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA A ÁREA DE BIOLOGIA/ENGENHARIA BIOLÓGICA**

**490** - A Câmara Municipal da Marinha Grande, em 7 de Abril de 2011, deliberou, ao abrigo da competência prevista nos artigos 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e 64.º, n.º 7 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na sua actual redacção, autorizar a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para um posto de trabalho da categoria de técnico superior, área de biologia/engenharia biológica, com recurso, ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.º 3 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, ao recrutamento excepcional, no caso de se verificar a impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

Nos termos do Aviso DGR N.º 5/2011, foi aberto o referido procedimento concursal, publicado através do Aviso n.º 12746/2011, na 2.ª Série do Diário da República do dia 16 de Junho de 2011 (referência A). O prazo das candidaturas decorreu no período compreendido entre 17-06-2011 e 01-07-2011, estando nesta fase, em apreciação pelo júri.

O procedimento em causa foi desencadeado na sequência da necessidade de dotar a autarquia com meios humanos com competência técnica para a criação e concepção de conteúdos técnicos relativos ao património natural observável em cada um dos diversos locais, de modo a possibilitar a criação de uma rede integrada de sinalética informativa, painéis interpretativos, organização de percursos temáticos e edição de suportes de orientação. A realização deste tipo de trabalho torna-se fundamental não só para a requalificação ecológica e paisagística da foz do Rio Lis, candidatura apresentada pela autarquia ao Quadro de Referência Estratégico Programa Operacional do Centro ao Eixo IV – Protecção e Valorização Ambiental, mas também para a elaboração de uma base de trabalho a partir da qual se desenvolverão diversas actividades, entre elas, a dinamização de programas de sensibilização ambiental e a publicação de vários suportes informativos a disponibilizar aos visitantes.

Porém, avaliadas as efectivas necessidades desta área, em consonância com as recentes alterações de recursos humanos verificadas, importa reponderar a contratação de um técnico superior para colmatar as necessidades expostas. No passado mês de Abril, e com a cessação de funções dirigentes em regime de substituição, a então Chefe de Divisão, Helena Isabel Mendes Godinho, foi afectada à área do Turismo, com vista ao desenvolvimento de projectos desta índole, podendo naturalmente, desenvolver as actividades inerentes ao posto de trabalho objecto de procedimento concursal, ainda que não detenha a habilitação actualmente exigida no mapa de pessoal. Aliado a este facto, acresce o reinício de funções do trabalhador desta Câmara Municipal, Eng.º Ambiental, José Carvalho dos Santos, em exercício de funções na SIMLIS desde 2000. Ainda que o mesmo não tenha sido integrado na Divisão de Cultura e Turismo, face à habilitação académica detida, poderá, eventualmente, auxiliar no estudo e desenvolvimento dos projectos em causa. Importa acrescer que nesta área podemos ainda contar com o trabalho e conhecimentos de uma assistente técnica com formação académica em Turismo.

Esta análise constitui uma evidência de que a contratação de um técnico superior com o perfil em causa, não se revela prioritário ou imprescindível.

Face à actual conjuntura económica, à necessidade de reorganizar a administração local e de limitar as admissões de pessoal de forma a alcançar uma redução do número de efectivos, e às recentes alterações de meios humanos disponíveis para eventualmente colmatar esta necessidade, caminhar no sentido da manutenção da constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado na categoria de técnico superior, área de biologia, contraria os conceitos de eficácia, eficiência e racionalização dos recursos municipais.

Nos termos do preceituado no artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, o recrutamento de pessoal passou a ser precedido de aprovação do órgão executivo, e, por conseguinte, também a respectiva cessação do procedimento concursal deve ser autorizada por este órgão.

Assim, considerando que:

5. Ainda não se procedeu à ordenação final dos candidatos, nos termos do artigo 34.º e seguintes da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada em anexo à Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril;
6. Nos termos do previsto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, a contratação depende de fundamentação do interesse público no recrutamento, face a carências de recursos humanos e sua evolução global, dependendo ainda da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por recurso a pessoal com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou em situações de mobilidade;
7. Face ao actual contexto económico do país e à necessidade de readaptar os meios financeiros disponíveis para prioridades efectivas do funcionamento interno dos serviços, o preenchimento de um posto de trabalho na área de biologia/engenharia biológica, não se coaduna com as actuais exigências do Município.

**Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, conjugado com o artigo 38.º, n.º 2 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada em anexo à Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, delibere autorizar a cessação do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na categoria de técnico superior, área de biologia/engenharia biológica.**

**Deverá ser dado conhecimento da presente deliberação aos elementos do júri designados para integrar o júri do referido procedimento concursal e aos interessados.**

**A deliberação foi aprovada por maioria, com 3 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.**

**6. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART.º22 DA LEI N.º 55-A/2010 DE 31 DE DEZEMBRO QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2011 PARA EFEITOS DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VALAS E LINHAS DE ÁGUA DISTRIBUÍDOS PELAS FREGUESIAS DE MARINHA GRANDE, VIEIRA DE LEIRIA E MOITA.**

**491** - A Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2011, veio introduzir um conjunto de medidas tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22º do referido diploma, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 - A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64 -A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 4 do referido art.º 22 da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro estabelece que nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 2 deste art.º 22º é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 3 do mesmo artigo, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de Abril.

Assim, atento o exposto na Lei de Orçamento de Estado para 2011, tanto a celebração dos contratos de prestação de serviços bem como a sua respectiva renovação, estão sujeitas a parecer vinculativo do órgão executivo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 4-A/2011 a 3 de Janeiro que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de Abril.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 3 -B/2010, de 28 de Abril.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local tem sido entendimento pela CCDRC, DGAL e ANMP de que o disposto no artº 22 da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Presente a informação da DASUP - Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Protecção Civil, justificando a necessidade de se proceder à contratação dos serviços de limpeza de valas e linhas de água distribuídos pelas Freguesias de Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita.

Considerando, tal como supra exposto, que a celebração de contratos de aquisição de serviços, carece de parecer prévio desta Câmara Municipal, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 Dezembro.

Considerando que nos termos do n.º 3 e n.º 4, do artigo 22º da Lei n.º 55-A/3011 de 31 de Dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória aos contratos de aquisição de serviços, que venham a celebrar-se ou a renovar-se em 2011, com idêntico objecto e a mesma contraparte.

Considerando que o procedimento a adoptar é o Ajuste Directo, previsto no artigo 20.º n.º 1 alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato seja inferior a 75.000,00.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, serão apresentados pelo adjudicatário os documentos comprovativos da regularização das obrigações fiscais e com a segurança social.

Considerando que o objecto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de limpeza de valas e linhas de água distribuídos pelas Freguesias de Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita, cujas funções são exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto dos contratos.

Considerando que a presente despesa tem enquadramento orçamental na classificação orgânica/económica 11/020225 do PAM 2011/A/39, conforme propostas de cabimento em anexo.

Considerando que o preço base indicado pelo serviço requisitante foi de 6.390,00 euros a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato.

Considerando que o preço base proposto para o procedimento, supra referido, inclui a redução remuneratória de 18,29% face ao preço contratual do contrato celebrado em 2010, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que as entidades, sugeridas pelo serviço requisitante, para convidar a apresentar propostas foram as seguintes:

- AMBINATURA - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AMBIENTE, LDA.;
- TORRÃO VIVO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES LDA;
- VERDE MAFRA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO FLORESTAL LDA

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos estipulados nos n.ºs 3 e 4, do artigo 22.º da Lei n.º 55-A/3011 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 2 e n.º 4, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, emitir parecer prévio favorável relativamente à celebração de contrato com vista à contratação de serviços de limpeza de valas e linhas de água distribuídos pelas Freguesias de Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade dos presentes.**

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

## ATENDIMENTO PÚBLICO

**Sendo a presente reunião, nos termos do art.º 84º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pública, a partir das 17,50 horas foi concedido um período de intervenção aberto ao público (art.º 84º, n.º 5 dos diplomas citados). Embora só houvesse previamente uma inscrição, foi também atendido um grupo de munícipes presentes no auditório.**

**Assim foram atendidos os seguintes munícipes:**

**1 – Manuel Duarte Pinto, residente na Rua dos Carreirinhos, n.º 13, Comeira, Marinha Grande,** que apresentou os graves problemas daquela rua: um buraco no passeio junto à sua casa; um grande buraco em frente à Escola da Comeira que obriga as crianças da escola a não utilizar o passeio provocado por uma rotura de água e a falta de limpeza da rua.

**O Sr. Vereador Paulo Vicente** tomou nota das questões levantadas e informou que os passeios danificados se devem às obras recentes na Rua Antônio Maria da Silva, mas que conta muito em breve, ter o problema resolvido, uma vez que está a decorrer um procedimento concursal para prestação de serviços de reposição de calçada para as ruas da cidade.

Relativamente à limpeza da rua, é competência da Junta de Freguesia da Marinha Grande e já teve o cuidado de informar da necessidade da limpeza da mesma.

**2 – Jorge Fernando Colaço Estêvão, residente na Avenida Vítor Gallo, Marinha Grande** que disse residir na cidade há 19 anos e falar em nome de uma conjunto de moradores e comerciantes daquela avenida, que querem continuar a ter estacionamento gratuito na mesma. Disse já ter entregue na CMMG um abaixo-assinado com 1688 assinaturas com vista a que a gratuidade do estacionamento se mantenha.

Informou ainda que quando adquiriram as fracções naqueles prédios da avenida Vítor Gallo lhes foi dito que tinham estacionamento gratuito no arruamento em frente aos prédios, uma vez que não dispõem de lugares de garagem. Se o estacionamento vier a ser pago os moradores ficam um encargo acrescido e as suas fracções desvalorizadas. Disse ainda que dado o actual contexto de crise económica tal situação vai levar ao desaparecimento do pequeno comércio local. Solicita a intervenção do Sr. Presidente perante as reivindicações apresentadas.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que na sequência do que já tinham exposto os moradores presentes na última Assembleia Municipal, se deslocou à zona da Avenida Vítor Gallo para avaliar a questão apresentada.

Mais informou que por observância no local, verificou que os moradores e os comerciantes daquela zona já têm o cuidado de estacionar na zona traseira dos edifícios. Tal atitude faz com que existam sempre vários lugares disponíveis para os clientes na zona frontal ao comércio, razão pela qual a Câmara decidiu que, por agora não se justifica o estacionamento pago.

Disse ainda que a Câmara vai acompanhar aquela situação de perto, pois tem receio que outros munícipes, que não sejam daquela zona, possam vir a utilizar aqueles lugares com carácter de permanência por serem gratuitos, o que acontecer irá desvirtuar o princípio do estacionamento pago e a Câmara terá que intervir.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** manifestou o seu contentamento pelo recuo na decisão da Câmara e louvou o acto de cidadania dos moradores que provocou a inversão da situação. Lamentou ainda que não tivesse sido previamente vista a injustiça que estava a ser criada aos moradores daquela zona.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**

**492 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta acta em minuta.**

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 20:00 horas.**

**No final foi elaborada esta acta, que eu, Paula Cristina Ascenso Moreira, Técnica Superior, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**